



ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Economia
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS
CNPJ: 01.409.580/0001-38
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE/2019
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Campo	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	19.634.872.554,19	20.305.625.648,27	20.132.146.660,49	20.670.271.654,43
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual	18.931.158.469,68	18.666.802.035,66	18.777.010.635,97	19.382.051.127,77
4	Empréstimos	9.753.531.477,96	9.570.011.575,43	9.668.463.911,50	10.013.682.486,54
5	Internos	9.713.879.867,35	9.528.860.256,80	9.625.297.426,77	9.973.208.238,87
6	Externos	39.651.610,61	41.151.318,63	43.166.484,73	40.474.247,67
7	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	8.921.308.508,96	8.885.054.165,91	8.923.999.298,80	9.187.533.549,87
8	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Parcelamento e Renegociação de dívidas	256.318.482,76	211.736.294,32	184.547.425,67	180.835.091,36
12	De Tributos	8.924.426,93	8.481.697,84	8.025.887,58	7.532.032,53
13	De Contribuições Previdenciárias	69.809.678,29	27.582.524,38	2.747.776,62	1.836.803,44
14	De Demais Contribuições Sociais	177.584.377,54	175.672.072,10	173.773.761,47	171.466.255,39
15	Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	703.714.084,51	1.638.823.612,61	1.355.136.024,52	1.288.220.526,66
19	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
20	DEDUÇÕES (II)	0,00	442.338.155,84	452.488.756,86	1.424.795.687,10
21	Disponibilidade de Caixa¹	0,00	442.338.155,84	452.488.756,86	1.424.795.687,10
22	Disponibilidade de Caixa Bruta	1.557.346.536,43	1.907.990.384,98	1.905.183.924,14	2.929.528.923,58
23	(-) Restos a Pagar Processados	2.093.793.131,70	1.465.652.229,14	1.452.695.167,28	1.504.733.236,48
24	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
25	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	19.634.872.554,19	19.863.287.492,43	19.679.657.903,63	19.245.475.967,33
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.298.254.079,91	22.069.971.386,52	23.022.354.095,44	24.538.621.316,63
27	% da DC sobre a RCL (I / RCL)	92,19	92,01	87,45	84,24
28	% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	92,19	90,00	85,48	78,43
29	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (200%)	42.596.508.159,82	44.139.942.773,04	46.044.708.190,88	49.077.242.633,26
30	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (180%)	38.336.857.343,84	39.725.948.495,74	41.440.237.371,79	44.169.518.369,93

Campo	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	21.082.237,45	21.008.364,24	0,00	0,00
32	PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)²	0,00	0,00	0,00	0,00
33	PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
34	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	536.446.595,27	0,00	0,00	0,00
35	DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	0,00	0,00	42.804.791,12
36	RP NÃO-PROCESSADOS	710.859.742,63	427.201.741,18	301.626.362,94	861.757.504,62
37	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
38	DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
39	APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTAS:
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos". De acordo com os Manuais de Demonstrativos Fiscais - MDF da STN. Dos valores da Disponibilidade de Caixa Bruta e Restos a Pagar Processados, no quadro da Dívida Fiscal Líquida, estão excluídos os valores respectivos da Goiásprev e respectivos Fundos.
3. No período de maio a dezembro de 2019, o Estado não realizou a amortização e pagamento do serviço da dívida no valor de R\$ 1.180,47 milhões, nos termos da Liminar Ação Civil Ordinária nº 3.262 - Gilmar Mendes (Contratos amparados na liminar: Finisa/Proinvest; CelgD; CelgPar; BNDS/Proinvest; Goiás Estruturante) e da Liminar Ação Civil Ordinária nº 3.286 - Dias Tofoli (contratos: 8727 e 9496).
4. A DCL do Estado de Goiás poderá vir a incluir os Passivos Contingentes provenientes do Fundo de Aporte à Celg D - FUNAC (Lei nº 17.555, de 20/01/2012), que tem o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Celg D de pagamentos de contingências, cujo valor reconhecido no Balanço Patrimonial da Celg Distribuição S.A - Celg D em 31/12/2018 foi de R\$ 1.431 bilhões (Nota Explicativa 10. Créditos Especiais). Outro Passivo Contingente relevante que pode ser considerado no cálculo da DCL refere-se às ações judiciais envolvendo os Programas PROTEGE, FOMENTAR E PRODUIR, totalizando em 31/12/2019, o valor de R\$ 4,587 bilhões, conforme Nota Técnica nº 1/2020 - GAPGE (proc. 201900004098643). Considerando os passivos contingentes relacionados, a DCL de Goiás potencialmente totalizará R\$ 25.234.266.044,36, equivalendo 102,83% da DCL sobre a RCL.
5. Os valores foram ajustados em decorrência da consolidação do Balanço Geral do Estado de 2019.